

O CAPITALISMO EM VIAS DE RECUPERAÇÃO?*

Sobre Teorias da “Onda Longa” e dos “Estágios”

*Elmar Altvater***

1 – A Formulação do Problema

Um congresso internacional de economia, promovido no fim dos anos 50, na República Democrática Alemã, passou, uma vez mais e com base em "análises objetivas", ao capitalismo o atestado da sua já antiga obsolescência como sistema social. Segundo um dos comunicados principais encaminhados ao congresso, de autoria do cientista soviético Kirsanov, somente o socialismo estaria em condições de "garantir um desenvolvimento econômico sem crises e criar condições para uma melhoria efetiva e incessante do bem-estar da população". Esta esperança (para não dizer certeza) era provavelmente partilhada então pela maioria dos cientistas marxistas. E assim ficavam dispensadas as perguntas dubitativas pelas forças motrizes da expansão, que era por assim dizer transfigurada em "milagre econômico" na Alemanha Ocidental e, alguns anos mais tarde, na Itália e no Japão. Possivelmente, estas perguntas teriam evidenciado que, depois da Segunda Guerra Mundial e mesmo no fim dos anos 50 e no início dos anos 60, a dinâmica da prosperidade ainda estava longe do esgotamento nos países capitalistas e que, portanto, as esperanças políticas na decadência necessária do capitalismo e na vitória do socialismo na competição dos sistemas ainda eram altamente ilusórias.

Antes que também os teóricos do capitalismo estatal monopolista tirassem, finalmente, as suas conclusões a partir da estabilidade inesperada do capitalismo (presumidamente frágil), no final dos anos 60, Theodor Prager fazia em 1963, no seu livro "Wirtschaftswunder oder keines?", muito lido na época, a pergunta pelas forças motrizes da expansão capitalista nos decênios após a Segunda Guerra Mundial. Segundo Prager, o capitalismo tinha sofrido transformações, as "oligarquias" tinham compreendido, em face dos novos desafios, uma "fuga para frente", em geral vitoriosa. Havia naturalmente uma tendência à estagnação nos Estados Unidos (que seria mais tarde, a partir de 1964, encoberta até o fim da década pelo "Vietnã boom"), mas na Europa as forças dinâmicas ainda prevaleciam, "... embora pudessem se revelar em uma fase posterior e em

* Der Kapitalismus vor einem Aufschwung?

Über Theorien der "langen Welle" und der "Stadien"

Tradução de Peter Naumann. O tradutor agradece a Claudio Einloft várias sugestões terminológicas.

** Professor da Universidade Livre de Berlim.

um nível superior de desenvolvimento das forças produtivas, muito mais como entraves ao crescimento" (Prager, 1963, p. 154). Esta afirmação certamente não deve ser interpretada como um prognóstico da crise dos anos 70, mas como identificação clarividente das tendências dos problemas, que a maioria dos economistas suprimira por via da discussão durante o apogeu do "milagre econômico". Problemas, aliás, cuja manifestação aberta (recessões na Itália e na República Federal da Alemanha) era registrada desde meados dos anos 60 apenas com surpresa.

Vinte anos depois, no início dos anos 80, a situação econômica não nos formula mais a pergunta pelas forças motrizes da expansão. Discute-se hoje a *dinâmica da crise* e da longa depressão e se, e sob quais condições, uma nova recuperação é possível nos anos 80. Uma experiência feita a partir de todas as grandes crises da história do capitalismo ensina-nos que o capitalismo não deverá simplesmente desmoronar: muito pelo contrário, ele poderá mobilizar, inclusive dentro da crise, *reservas políticas* para a estabilização da sua estrutura de dominação. No entanto, quais são as saídas da crise e da depressão e para onde elas conduzem? Estaríamos confrontados com a perspectiva de uma nova fase de desenvolvimento capitalista? A "onda longa", marcada pela estagnação, teria como seqüência uma nova "onda longa", desta vez marcada pela expansão? Pretendo examinar estas questões no presente artigo e refletir simultaneamente sobre o problema dos limites do crescimento, utilizando como pano de fundo teorias das "ondas longas" do crescimento econômico e teorias dos estágios do desenvolvimento capitalista.

2 – A Crise do Racionalismo Europeu

Após a euforia do crescimento e da técnica nos anos 50 e 60, sem falar na "cultura de racionalização" dos anos 20, predomina, desde meados dos anos 70, um clima de ceticismo. Revelaram-se ilusórias as esperanças de reduzir a alienação do trabalho (no sentido da curva U de Blauner) e de aumentar a autodeterminação e a satisfação no trabalho através da automação integral da produção. A aparente possibilidade de dominar e regular quase integralmente o mundo por meio da tecnologia avançada dá cada vez menos margem a sentimentos triunfalistas e difunde, muito pelo contrário, temores de que os homens não dominem a técnica, mas a técnica domine os homens. Mais ainda: de que a técnica possa escapar ao controle e destruir a humanidade, à semelhança do feitiço que se vira contra o feitiçeiro. E.P. Thompson (1981) cunhou o termo "exterminismo" e procurou com ele chamar a atenção para esta perspectiva de uma sociedade global, cujos blocos extraem seu poder econômico e militar do seu "progressismo" relativo na área tecnológica, expondo-se assim ao irracionalismo de uma lógica incontrolável (irracional com relação aos interesses de sobrevivência da humanidade).

Concomitantemente à perda das esperanças depositadas na técnica, evidenciam-se os aspectos negativos de uma tecnologia que é aplicada maciçamente para destruir empregos, baixar perfis de qualificação e reduzir, com isto, os custos salariais, a competência do indivíduo no seu campo de trabalho e na sua vida e aumentar proporcionalmente as possibilidades de controle por parte de uma central. Em muitos países capitalistas avançados, surgiram diante deste pano de fundo "novos movimentos sociais", que não mais se sujeitam à racionalidade previamente im-

posta de desenvolvimento, crescimento e progresso, fixando, ao contrário, novos critérios para o sentido da vida.

Com isto fica questionado mais do que a complementação ou a substituição de critérios, segundo os quais podemos avaliar comparativamente o crescimento, o desenvolvimento ou o progresso. Pois a *quantificação* é um resultado profundamente ancorado das *formas de socialização burguesa*, a premissa fundamental dos cálculos capitalistas de racionalidade e rentabilidade, do "espírito do capitalismo" (Max Weber) e da sociedade orientada para a eficiência [*Leistungsgesellschaft*], mediada pelo mercado (Polanyi, 1977, p. 129), que utiliza a técnica de uma maneira bem determinada, isto é, de maneira *instrumental*. Nas formas da reprodução social — no salário, no preço, no lucro, no dinheiro e na mediação destas categorias pelo mercado —, é possível apenas a quantificação com vistas ao objetivo superior da maximização, ou seja, da otimização. Qualidade da vida e elevação do nível de vida tornam-se dependentes de uma determinada quantidade de dinheiro. No mercado, necessariamente se dá a redução de qualidade e quantidade. Aqui estamos no ponto decisivo: na medida do desenvolvimento de critérios qualitativos são questionadas as *instituições* que exercem pressão no sentido da quantificação. Por isso devemos ter clareza acerca do seguinte: o crescimento qualitativo (ou seletivo, no sentido de Eppler, 1981) exigido é ou uma mera fórmula, que é criticada na prática pela própria realidade, ou as instituições da socialização devem ser modificadas — o mercado e os interesses, nele veiculados, da propriedade e da valorização, na área econômica, e a democracia formal, que repousa sobre o princípio da maximização dos votos, na área política. Com isso entramos num tema extraordinariamente delicado, que não pode ser aprofundado aqui em todas as suas ramificações. Para os efeitos deste artigo, é suficiente dizer que, tanto no mercado como no processo democrático, não se trata de promover o desaparecimento, mas a *reforma* institucional, que neutraliza a pressão no sentido da quantificação e permite a consideração de critérios qualitativos. Assim concebida, a fórmula do crescimento qualitativo visa, portanto, a *critérios de seleção* modificados com relação ao tipo tradicional de crescimento, critérios de seleção politizados, que somente podem ser realizados em um quadro institucional diferente.

No entanto, a próxima questão deve ser formulada da seguinte maneira: por que o crescimento quantitativo não pode mais ser considerado suficiente para a melhoria do padrão de vida e para a medição do progresso, como em tempos anteriores? Atrás desta pergunta está escondido o problema do relacionamento de meios e fins, de "input" e "output" e da medição destas duas grandezas. A racionalidade formal na acepção de Max Weber é o princípio fundamental, o imperativo categórico do pensamento e da ação burguesas, resultado histórico da "ética protestante": "input" e "output" são calculados e colocados em uma relação de reciprocidade. Quanto melhor esta relação, maior o "bem-estar". Mas esta medida sofre uma restrição adicional no capitalismo, enquanto medida da *rentabilidade* do capital. A lucratividade (taxa de lucro como relação do resultado do processo produtivo com as premissas do processo produtivo) é estruturalmente idêntica ao cálculo abstrato de racionalidade: contrapõe-se ao adiantamento de capital o lucro como resultado. Mas já aqui se encerra uma contradição, cujo desdobramento [*Entfaltung*] despoja esta relação da sua racionalidade previamente imposta: pois a procura da taxa máxima de lucro, individual em todos os casos, conduz so-

cialmente à sua decadência, isto é, à deterioração da relação entre "input" e "output", para expressar este processo em termos genéricos. Assim o restabelecimento da rentabilidade do capital parece enfrentar, no limiar dos anos 80, uma *acumulação de problemas*, que dificultam uma saída tradicional da crise e da depressão através de um forte incentivo de investimentos, baseado em novas tecnologias.

1. No capitalismo, a ação racional é mediada pelo mercado. Mas o mercado como mecanismo racional de seleção, como um lugar de "trial and error", cujo processo deverá otimizar as soluções enquanto conduzido pela "invisible hand", funciona somente quando os "sinais", isto é, os preços estão corretamente relacionados. Como esta condição inexistente no mundo atual (em virtude da monopolização, dos efeitos externos e das intervenções do Estado), soluções ótimas não podem, em princípio, ser produzidas apenas pelo mercado (*"falência do mercado"*).

2. Como o horizonte dos respectivos agentes decisórios é necessariamente limitado, a racionalidade também pode ser aumentada mediante a exclusão de "inputs" da produção (por exemplo: gastos na proteção ambiental) ou mediante a reivindicação de "outputs" de outros produtores (por exemplo: a solicitação de serviços públicos de infra-estrutura). Aqui lidamos com as "externalities", que várias vezes desafinaram a harmonia dos modelos econômicos na teoria acadêmica da economia desde os tempos de Marshall e Pigou. Mas o sistema aparentemente racional deve o seu irracionalismo às "externalities", já que a estrutura dos interesses, subjacente à racionalidade, impossibilita o cálculo de todos os "inputs e outputs". A dramaticidade do problema é ainda ampliada pela impossibilidade de calcular dentro do *horizonte temporal* do respectivo agente decisório o efeito de certos processos de produção ou também de produtos (ou derivados). Acrescenta-se, finalmente, que decisões não acarretam necessariamente efeitos graves para a sociedade como um todo, se tomadas isoladamente, mas podem ter consequências devastadoras quando aparecem reunidas.

3. Do exposto segue, também, que racionalização no capitalismo implica necessariamente *racionalização falha* (Otto Bauer, 1931). "Inputs" privados de custos e custos sociais totais também não coincidem, quando todos os "inputs" privados são agregados. Isto deve-se ao fato de que certos custos nem podem ser calculados em quantidades (em dinheiro) ou encontram expressão monetária apenas no momento no qual devem ser calculados como compensações de prejuízos. O critério quantitativo de racionalidade é, portanto, limitado "per se", já que nem todos os custos podem ser avaliados em dinheiro.

4. Isto tem também a ver com a impossibilidade de descrever processos econômicos apenas como uma relação de "input" e "output". Com vistas ao sistema dos recursos naturais e humanos, eles devem ser descritos como uma espécie de "throughput". O crescimento econômico nunca deixa os recursos sem estragos, que a partir de uma certa dimensão não podem mais ser compensados pela capacidade de regeneração do sistema dos recursos naturais e humanos. Aqui entra em jogo o problema do limite imanente de onerabilidade, além do efeito da exploração muito onerosa dos recursos, através da transgressão dos limites individuais e coletivos de percepção e conhecimento, de sorte que o ônus da exploração pode também ser percebido e processado politicamente. "Input" e "output" são medidos como grandezas de mercado, diferentemente do "throughput".

5. A irracionalidade do quantitativismo pode ainda ser ampliada pela medição do "output", enquanto grandeza quantitativa e com indiferença total pela qualidade como valor de uso. Por exemplo: no cálculo do produto social entra tanto a criação de valor da indústria química quanto a criação de valor das empresas encarregadas da limpeza dos detritos, para sanear os estragos causados pela indústria química. Neste sentido, também os hospitais aumentam o bem-estar, embora neles apenas sejam curados os casos de acidentes de trabalho sofridos na produção industrial, enquanto que os gastos para evitar acidentes diminuiriam a criação de valor nas empresas. A forma da mediação do mercado produz uma indiferença para com o produto ou para com a prestação de serviço, ora avaliada. Surge aqui a situação paradoxal, na qual o "... sistema industrial ainda lucra com seus defeitos" (Jänicke, 1979).

6. Com a crescente exploração onerosa dos recursos no processo de industrialização e urbanização, os "inputs" não-calculados da produção crescem na proporção dos calculados: aumenta o coeficiente de capital. Não podemos excluir a possibilidade de uma situação na qual os custos marginais do crescimento superam a sua utilidade marginal. Então a continuação do crescimento quantitativo pode-se tornar efetivamente irracional, mesmo diante de critérios burgueses tradicionais.

7. Como processo social, esta virada da racionalidade para a irracionalidade tem como consequência um enfraquecimento da autoconfiança burguesa, cujo "racionalismo da dominação mundial" entra sem mediações em uma profunda crise, compreensível nas categorias do próprio racionalismo. Progresso e modernização perdem a sua validade universal como critérios de avaliação de todas as formas de manifestação do mundo. Este afastamento do racionalismo quantitativo, da crença no progresso, da consciência da modernidade e também do princípio de eficiência [*Leistungsprinzip*] ocorre em formas muito distintas nas sociedades capitalistas avançadas como um processo social com novos protagonistas. Surge o movimento ecológico, o movimento antinuclear, o movimento feminista, o movimento dos jovens; desenvolvem-se projetos alternativos, que procuram escapar ao produtivismo industrial; e ficamos confrontados com novos mitos da interioridade [*Innerlichkeit*] e do "exôdo" (assim Bahro, 1981) para uma nova "retroterra", um mundo íntegro e não-industrial. A crise da racionalidade e da modernidade burguesas tem uma dimensão cultural e uma dimensão geográfica: pois a racionalidade na acepção Weberiana surgiu na Europa e foi também a partir dela exportada para o mundo inteiro, pela dominação imperialista, de acordo com a "tendência propagandística do capital", diagnosticada por Marx (Grundrisse, p. 313). Com o questionamento da racionalidade capitalista não apenas como princípio do cálculo empresarial, mas também como um momento da cultura, o *eurocentrismo* vê-se simultaneamente desafiado.

8. Atualmente os defensores do racionalismo burguês podem responder a este desafio apenas com a brutalidade do mercado desenfreado. Para que os sinais dos preços funcionem no mercado, devem ser afastados todos os obstáculos que se opõem à racionalidade do "homo oeconomicus", dominador do mundo. Isto não é apenas uma questão de eficiência técnica, pois os sinais funcionam apenas com a garantia de rentabilidades suficientes para os investimentos. Se a função sinalizadora dos preços relativos pode ser restaurada, torna-se possível um aumento da rentabilidade; então, também pode ser planejado um crescimento quantitativo mediante o emprego maciço de novas tecnologias. Trata-se, pois, de rom-

per os limites da produção capitalista de mercadorias, que se apresentam como irracionalidades, e oferecer ao capital uma nova perspectiva de evolução.

Mas a crise do "racionalismo da dominação mundial", da qual ressaltai alguns aspectos, tem conseqüências para uma nova recuperação econômica, cujo fundamento enquanto "bunching of investment" (Gordon, 1979, p.26) não encontra mais uma correspondência livre de problemas na técnica e na orientação pela quantidade e produção. A *estrutura social para o crescimento quantitativo* sofreu transformações, e isto torna-se um grande problema para a superação da crise atual. Nas observações a seguir, tentarei discutir este problema, usando como pano de fundo as teorias sobre os estágios do desenvolvimento capitalista e sobre as "ondas longas" da acumulação.

3 – O Fim de Uma “Onda Longa” de Acumulação do Capital

Não é nada surpreendente o fato de que, desde meados dos anos 70, isto é, desde o fim do período de prosperidade do pós-guerra, tenha ressurgido o interesse pelas teorias das "ondas longas" da conjuntura. Estas teorias, com sua longa tradição desde van Gelderen, passando por Trotzki, Kondratieff (1972) e Schumpeter (1961) até Forrester (1977), Wallerstein (1979), Mandel (1972, 1979) ou Kleinknecht (1980), tanto afirmam ter uma explicação para as causas da recuperação dos últimos 34 anos e para as causas de transição à crise quanto afirmam saber as condições nas quais haveria uma saída da recessão atual. Devemos observar aqui que as diferentes teorias sobre as "ondas longas" não são nada homogêneas: defrontamo-nos tanto com teorias descritivas (Kondratieff) quanto com teorias analíticas (por exemplo: Mandel). Muitos teóricos vêem os fatores, que deslançam longas recuperações, nas *condições tecnológicas*: segundo eles, o acúmulo de inovações abriria em certas épocas novos mercados, estimularia assim a produção e a procura, acarretaria, em virtude da rentabilidade de novos produtos ou processos de produção, inovações de aperfeiçoamento, que poderiam sustentar uma recuperação de longo prazo, inclusive durante vários ciclos conjunturais médios ("julgars"). Mas chega um momento no qual as potencialidades das inovações de base e de aperfeiçoamento se esgotam: a semelhança da lei do rendimento da economia, funcionaria na implementação técnica a "lei de Wolf" dos limites do desenvolvimento técnico-econômico. Haveria então, ainda, "inovações aparentes", mas o grande lance da inovação, que causaria uma arrancada econômica, já não ocorreria mais. Nesta situação, a atividade investidora decai para a mera racionalização da produção. Como a taxa de aumento da produção decai, as liberações de forças de trabalho não podem mais ser compensadas. A prosperidade passa para uma fase depressiva, que dura até que uma nova onda de inovações de base resolva o "empate tecnológico" (Mensch, 1977).

Parece que este modelo relativamente simples do impulso exógeno (tecnológico, no caso) e de uma dinâmica econômica, que sustenta a prosperidade até o momento, no qual o impulso perdeu a força, pode ser comprovado empiricamente, embora não haja consenso acerca da datação de inovações de base que se acumulam, acerca da extensão e às vezes também do caráter de fases de desenvolvimento (confira Mandel, 1979 Kleinknecht, 1980). Esta insegurança na determinação das características de "ondas longas" vale também para a nossa época. Assim Immanuel Wallerstein cha-

ma a atenção ao fato de que Mandel (1979) e Dupriez (1978) interpretam os anos 70 como uma fase de desenvolvimento, marcada pela estagnação, enquanto que Rostow (1978 a, b) vê a mesma década ainda como continuação da fase expansiva anterior (Wallerstein, 1979, p. 663). Franz Jánosy (1968), por sua vez, que procura formular uma explicação geral de períodos longos de prosperidade depois de interrupções profundas do desenvolvimento econômico, causadas sobretudo pela guerra, acredita ver o "fim dos milagres econômicos" já no início dos anos 60, quando a evolução efetiva das economias européia, japonesa e norte-americana chega a uma linha tendencial de longo prazo de crescimento potencial, perdendo, por conseguinte, a sua dinâmica (relembro aqui que, poucos anos mais tarde, também Theodor Prager apontara, no início dos anos 60, para tendências à estagnação, com argumentos bem diferentes de Jánosy). A linha tendencial do desenvolvimento está pré-traçada, independentemente de todos os esforços de acumulação (investimentos em capital real): está pré-traçada pela estrutura de qualificação do trabalhador coletivo [*Gesamtarbeiter*], que muda lentamente e apenas em espaços maiores de tempo, e pelo condicionamento do progresso tecnológico — na sua aplicação à produção industrial — às condições de qualificação da força de trabalho.

À primeira vista, um paradigma teórico não ganha prestígio quando uma década inteira pode ser interpretada através dele de maneiras diferentes ou até opostas. Mas isto deve-se à escolha dos indicadores e, "last but not least", à importância fundamental do enfoque crítico-pessimista ou afirmativo-otimista do autor, à sua "cosmovisão" [*Weltanschauung*], como escreve Wallerstein. Se, contudo, considerarmos a periodização das "ondas longas" dos últimos 200 anos por parte de diferentes autores, podemos constatar a existência de um consenso básico, pelo menos com relação às *grandes depressões* na história do capitalismo: a primeira grande depressão do desenvolvimento industrial-capitalista inicia nos anos 20 do século passado e passa, na segunda metade dos anos 30, para uma nova fase de recuperação¹; a segunda grande depressão inicia nos anos 70 e dura até o início dos anos 90; e a terceira grande depressão não pode ser datada univocamente, devido às duas guerras mundiais e à mudança radical das estruturas no mercado mundial e devido ao surgimento da União Soviética depois de 1917, mas seu apogeu está, sem dúvida, na grande crise depois de 1929. De qualquer maneira, é possível datar o início da recuperação depois da Segunda Guerra Mundial em meados dos anos 40, não apenas por causa do fim da guerra, mas também por causa da reestruturação do mercado mundial, da qual os Estados Unidos resultaram definitivamente como potência hegemônica nas áreas econômica, política e militar. Esta posição hegemônica é o pré-requisito para a recuperação posterior e com o seu enfraquecimento a recuperação perde a sua dinâmica, desembocando nos anos 70 em uma nova depressão, a quarta grande depressão da história do capitalismo industrial.

A existência de "ondas longas" parece estar largamente aceita, como também a importância da técnica, ao menos como primeiro impulso para uma "onda longa". Mas esta explicação permanece insatisfatória por não levar em conta as decisões empresariais de investimentos e seus critérios. Afinal de contas a tecnologia necessita ser implementada. Mas is-

¹ N.T.: "Recuperação": optei por este termo para traduzir o alemão "Aufschwung", cujo equivalente inglês é "upswing".

to acontece somente quando há perspectivas de lucro. Nosso problema é, portanto, não apenas detectar os acúmulos de inovações tecnológicas (Mensch, 1977), mas examinar as condições de longo prazo da expansão lucrativa do capital e as suas consequências para as decisões empresariais de investimentos. Quero apresentar aqui, resumidamente, três enfoques, para examinar melhor o problema das "ondas longas":

1. Um grupo de autores do Instituto de Doutrina Econômica Mundial de Kiel (Glismann et alii, 1978) utiliza o sistema categorial neoclássico para explicar a regressão a longo prazo da atividade investidora (como indicador do atual período de estagnação): no decorrer da recuperação surgiriam, segundo estes autores, distorções no preço dos fatores e no preço dos produtos. A responsabilidade caberia ao aumento dos custos salariais para além do produto marginal do trabalho, ao aumento dos gastos públicos de consumo, à concentração crescente da economia (monopolização) e ao protecionismo no comércio exterior. Como os aumentos salariais e o aumento da participação estatal atingiriam negativamente a expectativa de lucro das empresas, a disposição para novos investimentos sofreria um abalo. Neste enfoque está, em primeiro lugar, implícita a tese segundo a qual uma depressão mais longa poderia ser evitada, e o crescimento econômico poderia ser assegurado no caminho expansionista de um volume sempre crescente da produção — desde que os sujeitos econômicos se comportassem de maneira adequada, não perturbando a função sinalizadora dos preços nem prejudicando os investimentos dependentes de lucros. Em segundo lugar, decorre deste enfoque a solução para superar a depressão: ela estaria na redução dos custos salariais por unidade e da quota estatal do produto social, na reestruturação da economia de mercado, que restituiria integralmente a função sinalizadora dos preços, aumentando com isso os lucros e incentivando os investimentos.

2. Em Ernest Mandel (1972, 1979), a taxa de lucro (na acepção de Marx) está no primeiro plano da discussão. Ela depende da taxa de mais-valia e da composição do capital, como também da velocidade de circulação do capital. Complexos de condicionamento, sempre históricos, incidiram positivamente em uma ou em várias das grandezas mencionadas, com a consequência de uma expansão mais prolongada ou, negativamente, com a consequência de uma longa depressão. Segundo Mandel, deve ser assinalada aqui uma assimetria. Uma "onda longa" de crescimento expansivo sempre é iniciada por fatores *exógenos*, mas a virada para a fase de estagnação é causada *endogenamente* pelas contradições e seu acirramento no processo de acumulação do capital. Os impulsos *exógenos* da depressão podem também se originar em novas tecnologias. Mas estas causam uma recuperação prolongada somente quando podem aumentar decisivamente a taxa de mais-valia e/ou reduzir significativamente a composição orgânica do capital e/ou aumentar a velocidade de rotação do capital. Além disso, necessita-se de fundos monetários correspondentes à realização de investimentos, que sempre aparecem em quantidade no início da recuperação. De fato, sempre existe um capital maciço de empréstimos ao longo de uma depressão, como Marx explica na 5ª Seção do Terceiro Livro do "Capital" e como a extensão dos mercados nacionais e sobretudo internacionais de crédito no início dos anos 80 demonstra. No entanto, isto é apenas o lado monetário do fundo de investimentos; devem existir, além dele, recursos reais, sem os quais a atividade investidora chegará muito rapidamente a um limite. Aqui podemos ver que a lu-

cratividade de investimentos depende tanto do aspecto de valor (monetário) como das condições materiais da acumulação do capital, cuja importância Jánosy aponta, embora de maneira unilateral, quando enfatiza a função da estrutura de qualificações no desenvolvimento capitalista.

3. Poderíamos creditar a longa recuperação após a Segunda Guerra Mundial também à situação *assimétrica* nos pólos do mercado mundial: a lucratividade do capital foi extremamente elevada em todas as partes após a Segunda Guerra Mundial, mas isso devido a causas diferentes. Enquanto nos Estados Unidos havia a possibilidade de conseguir *lucros extraordinários*, em virtude da tecnologia e da produtividade superiores, na Europa e no Japão os salários estavam relativamente baixos e a intensidade de trabalho, alta. O mercado mundial em expansão originou, em primeiro lugar, a possibilidade de realizar lucros extraordinários e, em segundo lugar, a coerção para a homogeneização das condições de produção. A primeira causa determinou o grande interesse dos Estados Unidos numa ampla liberalização do comércio mundial. Mas, na medida do avanço dos processos de homogeneização das condições de produção, a taxa de lucro tinha de baixar no mundo inteiro, pois os lucros extraordinários desapareceram nos Estados Unidos, quando outros centros do mercado mundial (primeiro a Europa Ocidental, depois o Japão) melhoraram a sua posição de concorrência com relação aos Estados Unidos em alguns ramos importantes. Via de regra, tal evolução era possível apenas através de investimentos que aumentavam a produtividade, mas eram intensivos em capital, causando uma crescente composição orgânica do capital. Além disso, os salários subiam na medida da criação do pleno emprego. Uma inversão da fase de recuperação em uma fase de estagnação não pôde ser evitada. Mas ela significa simultaneamente o fim da hegemonia norte-americana. Assim, o fim de uma longa fase de recuperação coincide com a perda da hegemonia norte-americana. A última causa, que contudo aparece em múltiplas mediações, é a queda da lucratividade do capital nas metrópoles capitalistas, que é devida a razões diferentes.

Empiricamente, esta evolução pode ser mostrada em vários indicadores. Começemos com a *evolução da produtividade*. No período de 1870 a 1950, os Estados Unidos apresentavam, entre todas as nações industriais, as maiores taxas de crescimento da produtividade. Nas décadas seguintes, elas caíram inicialmente para abaixo da média, chegando a assumir, desde meados dos anos 60, com a Grã-Bretanha a posição mais baixa na área da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE). As razões para tal estão nas condições internas das economias nacionais. Nos Estados Unidos, as *taxas de crescimento do estoque de capital*, nunca superiores a 5%, sempre foram muito inferiores, por exemplo, às da República Federal da Alemanha (6% a 9% nos anos 50 e 60). Nos anos 70, o ritmo de formação do capital decresceu, inclusive para abaixo de 3%. As razões devem ser procuradas, em primeiro lugar, na quota muito alta (acima da média) de gastos improdutivos (Setor Terciário e gastos militares e armamentistas) e, em segundo lugar, na quota alta dos investimentos de capital norte-americano no exterior.

Mas, com isto, o fenômeno das taxas declinantes de incremento da produtividade não pode ser plenamente explicado, pois a média plurianual do nível da *quota de investimentos* é inferior à da maioria dos concorrentes, mas a quota de investimentos durante o período de 1960 a 1980 está em torno de 17 a 18%. Por isso, as razões devem ser procuradas sobretudo no aumento do *coeficiente de capital* (K/Y), de sorte que uma

quota constante de investimentos (I/Y) conduz a uma taxa decrescente de crescimento do estoque de capital (I/K). Tal evolução não deveria exercer um efeito negativo sobre a evolução da produtividade, se as capacidades fossem plenamente utilizadas. Mas, segundo Thurow, 30% do decréscimo da produtividade podem ser creditados somente à *deficiente utilização das capacidades* e ao *desemprego*. Outros 40% da queda da produtividade são, ainda, segundo Thurow, consequência de um efeito negativo da estrutura, isto é, do maior crescimento de áreas produtivas abaixo da média, ao passo que os restantes 30% são devidos a problemas específicos de ramos isolados da indústria (Thurow 1980). O fato de que apesar disso a taxa de lucro da economia norte-americana não tenha caído na segunda metade dos anos 70 — mas pareça ter encontrado estabilidade num patamar inferior — é possivelmente uma decorrência da queda dos salários individuais reais: em 1980, o salário real médio dos operários norte-americanos era mais baixo do que 15 anos antes. Esta constatação favorável para o desenvolvimento do lucro só não provocou um caos social nos anos 70 porque o salário social subiu ligeiramente em média (Bowles e Gintis 1980). Somente sob a Administração Reagan tenta-se reduzir não apenas o salário individual, mas também o salário real (isto é, os gastos estatais com fins sociais, que beneficiam a classe operária), e aumentar a taxa de lucro mediante a redução dos custos salariais.

A evolução na Europa Ocidental e no Japão transcorreu, quanto à tendência da taxa de lucro, de forma marcadamente mais negativa do que nos Estados Unidos. Mas os fatores causadores são de outra ordem. As taxas de crescimento da produtividade são, em média, e com exceção da Grã-Bretanha, mais altas do que nos Estados Unidos, mas isto vale também para as taxas de crescimento da *intensidade de capital* (K/L), de sorte que o coeficiente de capital (K/Y) sobe apesar das altas taxas de crescimento da produtividade (Y/L), ou seja: a produtividade do capital (Y/K) diminui (as únicas exceções são o Japão e a Itália, onde se podia observar ainda, até o fim dos anos 60, uma tendência rumo ao crescimento). Simultaneamente, os salários reais sobem em todos os países, de maneira que os custos salariais por unidade sobem sobretudo nos anos 70 e nos países concorrentes dos Estados Unidos, muito mais do que nos próprios Estados Unidos.

O resultado destas tendências evolutivas é a "decadência do lucro", que pode ser constatada em todos os países desenvolvidos. Considerada isoladamente, ela não deveria provocar necessariamente uma "decadência da taxa de crescimento e do emprego". Mas as estruturas de produção deslocaram-se em direção a áreas de maior intensidade de capital, de sorte que também uma quota razoavelmente constante de investimentos gera taxas de crescimento tendencialmente reduzidas, que, além disso, estão abaixo do crescimento da produtividade (desvinculação de crescimento e emprego). Nesta situação, já instável, a inflação, que se acelera desde fins dos anos 60, tem a função de protelar a crise. Em última instância, ela não consegue cumprir esta função, pois a partir de 1973 entra um agravante no processo: os "inputs" de recursos, sobretudo o petróleo, sofrem uma carestia radical, e isto em uma proporção não mais neutralizável, através do inflacionamento adicional dos preços das mercadorias industriais. Torna-se agora patente que a longa prosperidade do pós-guerra acabou: os anos 70 aparecem na retrospectiva como um período da virada da fase longa de recuperação para uma fase de depressão.

Nestes enfoques explicativos, a importância da tecnologia é devidamente considerada, só que com acentuações muito diferentes em cada caso.

No enfoque neoclássico, o problema reduz-se à garantia de um sistema consistente de preços relativos, produzido pela economia de mercado com a finalidade de permitir lucros e incentivar assim investimentos, diante de uma determinada tecnologia. Se esta estratégia for exitosa, o problema das "ondas longas" desaparece automaticamente em favor de um processo de crescimento constante e equilibrado.

No enfoque de Mandel, as tecnologias exercem, na sua qualidade de impulsos exógenos, um efeito decisivo sobre os componentes da taxa de lucro, que elas podem impulsionar para o alto. A virada para uma fase de estagnação surge a partir da dinâmica endógena do sistema capitalista de lucro (sobrecumulação e queda da taxa de lucro).

No terceiro enfoque, a argumentação é semelhante à de Mandel, embora contenha uma dupla ampliação: em primeiro lugar, são refletidas as condições materiais dos investimentos maciços feitos no início da fase de recuperação e, em segundo lugar, são levadas em consideração as condições assimétricas do mercado mundial, à medida que se introduzem as categorias da mais-valia extraordinária e do lucro extraordinário no arcabouço de uma teoria do mercado mundial.

Neste estágio do nosso argumento faz sentido abordar brevemente os conceitos "endógeno" e "exógeno". Em sua polêmica contra David Gordon (1979), Mandel (1979) critica Gordon por sua tentativa de "endogeneizar" inclusive o impulso rumo à recuperação. Atrás desta crítica esconde-se, na minha opinião, uma idéia "sui generis" da "onda longa" como uma oscilação de fatores sócio-econômicos, cíclica a longo prazo. E Mandel tem razão ao afirmar que não pode existir uma "mecânica das ondas" no sentido de trajetória de crescimento senoidal a longo prazo. Daí a sua insistência na "exogeneidade" dos impulsos, que visa a coibir de saída a idéia de uma oscilação senoidal. No outro lado, Gordon (1979) parte explicitamente de uma outra concepção de "onda longa": no seu modelo, as fases longas de depressão são *fases de reestruturação* das instituições tecnológicas, sócio-econômicas e políticas da sociedade. Somente o rompimento, a nível estrutural, com as relações do desenvolvimento anterior permite a recuperação renovada, que por conseguinte deve repousar sobre uma base *sócio estrutural completamente diferente* à da recuperação anterior. Assim, a recuperação renovada parece exógena, quando vista a partir do setor econômico, ao passo que ela é endógena enquanto produzida pela dinâmica da crise e da depressão. Mandel, portanto, ao enfatizar a exogeneidade do impulso para uma recuperação prolongada, incorre num mal-entendido acerca do caráter da crise e da depressão como momentos necessários e, com isso, "endógenos" do desenvolvimento capitalista. Precisamos, portanto, dedicar alguma atenção ao caráter da crise e da depressão, para depois esclarecer este equívoco.

4 — Crise e Depressão Como Rompimento Estrutural e Como Fase de Reestruturação

Como se sabe, existem ciclos de duração variada. Quero ressaltar aqui apenas dois aspectos: em primeiro lugar, todos os ciclos devem permitir sua explicação pela contraditoriedade interna do mesmo princípio de

lucro da acumulação capitalista, isto é, eles não podem ser construídos a partir de complexos diferentes de causas (confira, para tal, Altvater/Hoffmann/Semmler 1979). Em segundo lugar, os longos ciclos de Kondratieff diferenciam-se de "outros" ciclos não apenas na sua extensão temporal, mas sobretudo segundo a profundidade, a amplitude e a extensão da *depressão*, que segue a fase após a crise. Diferentemente das crises de curto e médio prazos, o fim de uma longa recuperação evidencia que o modelo de acumulação do ciclo de Kondratieff anterior chegou a um limite e que uma nova recuperação depende de reestruturações do sistema social. A depressão depois de uma longa recuperação é, portanto, uma "grande crise" em relação às "*crises pequenas*", através das quais o ciclo conjuntural de sete a nove anos precisa "passar" regularmente. Nas pequenas crises, o equilíbrio sempre precário das contradições sociais e das oposições sociais e políticas dentro das formas vigentes do compromisso social está ameaçado, mas pode ser também restaurado, quando a perturbação é apenas parcial: assim é o caso do equilíbrio da distribuição entre trabalho assalariado e capital; o equilíbrio entre fundos sociais de acumulação do capital, consumo privado das massas e gastos estatais; o equilíbrio entre lucro individual e juros do capital bancário, etc. As contradições e oposições mencionadas acirram-se dentro das formas sociais e encontram também dentro delas uma solução, por meio da acomodação: a contraditoriedade é reduzida, os equilíbrios são restaurados em grau maior ou menor e assim surgem as condições para uma nova fase de desenvolvimento. As crises pequenas regeneram, portanto, o sistema; elas são momentos *progressistas* no processo da *conservação* do sistema.

A situação já é bem diferente nas "grandes crises". Elas podem ser interpretadas como *rompimento estrutural de formas do desenvolvimento social*. Nelas os compromissos sociais, que deveriam garantir os equilíbrios mencionados acima, chegaram a um limite e não podem mais cumprir sua função dentro das formas existentes. Questiona-se, portanto, um modelo de acumulação, um determinado tipo de política e as estruturas de consenso. A *forma* das estruturas sociais, nas quais se constroem e são ameaçados sempre de novo os equilíbrios, torna-se um *limite para o desenvolvimento da estrutura* no processo evolutivo da sociedade e conduz, assim, a um rompimento estrutural. A duração da "grande crise" não é apenas maior do que a da pequena crise por ter dimensões quantitativas maiores; muito pelo contrário, o rompimento estrutural é seguido pela longa depressão, que é, do ponto de vista social, político e econômico, uma fase de destruição de formas antigas e de estruturação de novas relações sociais. Reestruturação implica sempre destruição no sentido material (desvalorização e destruição do capital e da riqueza) e destruição de estruturas históricas de compromisso social. Este processo acarreta, necessariamente, conflitos sociais e políticos muito pesados, que se prolongam até o surgimento de um novo consenso.

Esta questão deve ser esclarecida em detalhe. Não é nada evidente que a acumulação do capital pode contar com o *consenso* dos explorados. Este consenso só se torna possível através da *mistificação* virtualmente contida na relação capitalista (a) e nas *ideologias* geradas e reproduzidas no sistema burguês (b). Além disso, naturalmente, entra em jogo o aspecto material deste consenso, que se mostra numa multiplicidade de *compromissos institucionalizados* (c) entre trabalho assalariado e capital, que, via de regra, são mediados pelo Estado. Este sistema de *con-*

senso (d) é, por um lado, pré-requisito para a acumulação do capital sem entraves; por outro lado, ele mesmo depende do crescimento, a saber: do crescimento da renda e do pleno emprego. Mas o sistema da acumulação do capital entra em zonas de turbulência e em crises que surgem a partir da sua contraditoriedade econômica (sobrecumulação do capital) muito antes das resistências políticas. Mas os momentos de crise chegam a articular-se em formas sociais e políticas, que no fim das contas causam o rompimento estrutural. Este rompimento é, pois, nunca apenas econômico, mas sempre também político e caracteriza-se por vários aspectos:

- o compromisso social de classes está exposto a um processo de desagregação social (por exemplo, na aceção de Joan Robinson, que disse existir algo pior do que ser explorado: não ser explorado). Este processo é a consequência do fracionamento da classe operária em empregados e desempregados, mas também consequência da segmentação do mercado de trabalho em setores diferentes. Em virtude da afetação diferente dos capitais individuais pela crise, este processo de desagregação ocorre também dentro da classe dos capitalistas, que não se vê mais em condições de agir segundo uma concepção política unitária;

- para o Estado, a crise manifesta-se inicialmente como crise fiscal, que dificulta o cumprimento das tarefas de política social, contanto que a função econômico-política de respaldo da acumulação ainda deva ser mantida em dimensões razoáveis. Com isso, a *função de acumulação* recebe uma importância indiscutivelmente maior do que a *função de legitimação*. A consequência é a desmontagem e remontagem do "welfare state". Além disso, o aparelho estatal desenvolve nesta situação uma maior necessidade de ação, que só pode ser satisfeita pela modificação e acomodação das instituições do sistema político, por exemplo, através do fortalecimento do executivo. A contraditoriedade entre democracia e capitalismo aguça-se até chegar à crise política aberta: as exigências democráticas só podem ser realizadas mediante o abandono da meta do pleno emprego ou tenta-se a realização do pleno emprego, mas pelo preço do enfraquecimento das estruturas democráticas;

- ao mesmo tempo, as orientações e atitudes valorativas sociais sofrem modificações no decorrer de uma longa e profunda crise de Kondratieff. Surge algo parecido com uma "cultura de crise", já que as perspectivas de vida não estão mais centradas predominante ou até exclusivamente no trabalho e na produção, mas simplesmente na *vida*. Se as chances de conquistar um bom lugar de trabalho desaparecem com a duração da "grande crise", o trabalho não pode mais determinar o *sentido da vida*. Surgem, então, novas atitudes valorativas, que encontram expressão social e política em novos movimentos sociais. Isto significa que as instituições do *trabalho*, da *eficiência* [*Leistung*] e do *mercado* não constituem mais a identidade nem conseguem mais produzir a *síntese* social, como no passado;

- as modificações tecnológicas introduzidas durante a crise em todas as áreas do processo de produção social têm graves consequências para o trabalho. Isto não vale apenas para a qualificação, para a garantia do lugar de trabalho, para a hierarquia salarial nas empresas ou para a possibilidade do indivíduo ou dos quadros da empresa controlarem o processo de produção, mas também para a atitude valorativa dos trabalhadores. Amplia-se o horizonte de um mundo de trabalho construído

além das estruturas capitalistas. Esta tendência evidencia-se mesmo nos programas ocupacionais dos sindicatos da Europa Ocidental;

- ao mesmo tempo, cerram-se as barreiras para o modelo político tradicional do conjunto formado pelo *estado keynesiano intervencionista*, pelo "welfare state" e pela *democracia social*. A perda do pleno emprego assinala que a meta da política keynesiana não pode mais ser atingida, que a promessa política da democracia social não pode mais ser cumprida e que os fundamentos da existência do "welfare state" estão minados. Mas as condições, que poderiam garantir a volta do pleno emprego, deterioraram-se radicalmente no decorrer da longa recuperação: com a monopolização da economia desapareceu a flexibilidade dos preços e por isso as intervenções estatais não podem mais contar sem mais nem menos com efeitos quantitativos; diminuiu também o efeito gerador de empregos, próprio dos investimentos. E, finalmente, o encerramento de um ciclo de Kondratieff é marcado, como que por fatalidade, pelo *aumento dos investimentos de racionalização* diante dos investimentos de ampliação, de sorte que, mesmo quando investimentos podem ser incentivados, o seu efeito gerador de emprego será antes negativo. Não devemos esquecer que o malogro do modelo político keynesiano pode ser explicado também a partir do seu sucesso. Crescimento econômico acelerado significa acumulação de capital e, com isso, um fortalecimento constante do poder do capital, que segue uma lógica diferente da subjacente ao keynesianismo estatal. O controle político do desenvolvimento econômico só é possível enquanto os aparelhos estatais dispõem de recursos suficientes diante dos capitais. Se os meios de intervenção do Estado não são suficientes, o controle estatal pode liberar desde já as forças do mercado e desistir completamente de intervenções. Esta é a resposta aos problemas da crise do keynesianismo, conforme ela é formulada pelos monetaristas e pelos neoliberais, ou os meios de intervenção existentes são preenchidos tão maciçamente, que a direção da acumulação do capital pode ser influenciada de forma politicamente eficiente. Mas, então, um dos pilares do modelo político, a democracia social, fica ameaçado. Sob todos os aspectos evidencia-se, no fim dos anos 70 e início dos anos 80, que um *modelo político*, que determinou as décadas passadas depois da Segunda Guerra Mundial, atingiu o seu limite e está, portanto, sofrendo reestruturações radicais;

- o desenvolvimento da estrutura, o rompimento e a reestruturação possuem também uma dimensão internacional. Não é por acaso que a grande crise de 1929 se inicia com a decadência da hegemonia britânica, e a grande crise atual, com a decadência da hegemonia norte-americana a partir de 1971-73. Se as grandes crises anunciam visivelmente o fim de uma época, isto dá-se por meio dos deslocamentos espetaculares de poder no mercado mundial. A "pax americana", no sentido de uma hegemonia econômica, política, militar e cultural dos Estados Unidos, chegou ao fim com a erosão da força relativa da economia, que se expressa em primeira instância na queda da moeda. Este processo não tem apenas um lado formal, ele é também significativo como uma tendencial *redistribuição de recursos*. A transferência de recursos para alguns dos países produtores de petróleo é apenas um momento deste processo. Mais significativas, no fundo, são as tentativas dos estados nacionais de evitarem a redistribuição material de recursos com meios monetários. Mas a inchação do sistema creditício internacional consegue apenas protelar os processos de crise, mas não impedir o seu transcurso. Como já aconteceu na grande

crise dos anos 30, poderão ocorrer também aqui grandes colapsos (confira, para tal, a análise longevidente de Karl Polanyi, do "mecanismo da crise econômica mundial", 1979).²

Colapso não significa reestruturação; é apenas o seu prelúdio. Diante do acúmulo dos fenômenos de crise no mercado mundial, este processo deverá durar ainda muito tempo; seu resultado, hoje, ainda não pode ser prognosticado. Sobretudo no mercado mundial, torna-se evidente que a crise atual é uma "grande crise" no sentido da crise de formas do modelo de desenvolvimento. Pois aqui houve efetivamente um colapso de todas as formas, nas quais a longa fase de prosperidade pôde desenvolver. As múltiplas tentativas de desenvolver novas formas (papel-moeda artificial de validade internacional, regionalização do sistema monetário, câmbios flexíveis, formas moderadas de protecionismo, para citar somente alguns exemplos) ainda não chegaram a se estabilizar. Sem uma nova hegemonia esta estabilização dificilmente poderá ocorrer... Uma nova recuperação de longo prazo torna-se viável, quando a reestruturação modifica as condições da acumulação econômica e da reprodução sócio-política. Mas se a importância desta depressão para a evolução da sociedade mundial capitalista — sua importância como rompimento a nível estrutural e reestruturação — for corretamente avaliada, então devemos ainda formular a pergunta, se não está sendo iniciada uma nova fase de desenvolvimento capitalista. Admitida esta hipótese, não deveríamos, em princípio, desistir de uma teoria das "ondas longas" em favor de uma teoria dos estágios ou das fases do desenvolvimento capitalista?

5 — “Ondas Longas” ou Estágios do Desenvolvimento Capitalista?

Os teóricos das "ondas longas" concebem o capitalismo como um sistema social histórico com leis unitárias de desenvolvimento, que geram inclusive o movimento ondular do desenvolvimento econômico. Já os teóri-

² O endividamento internacional atingiu, nos últimos tempos, proporções inusitadas. Ele seria não-problemático se as dívidas e as exigências pudessem ser saldadas reciprocamente. No entanto, este não é o caso. As dívidas unilaterais são apenas compromissos protelados de pagamento, que deverão ser saldados um dia. Até agora estes compromissos foram protelados por muitos países por meio do reendividamento, processo que conduziu alguns casos (Brasil, Chile) ao absurdo financeiro-técnico de financiar até os juros de dívidas antigas por meio de novas dívidas. O cumprimento dos compromissos de pagamento pode ser feito unicamente por meio da transferência de recursos, por exemplo, protecionismo para as importações e ofensiva na exportação. Esta estratégia conduziria — como já conduziu no início dos anos 30 — a uma desintegração do mercado mundial com consequências agravantes da crise. Polanyi encerra a sua análise da crise econômica de 50 anos atrás com as seguintes palavras: "... os estados devedores não têm outra alternativa senão pagar em mercadorias. Desde 1928-29, eles começam a forçar as suas exportações. Da Europa, como também dos países ultramarinos produtores de matérias-primas, as mercadorias, que procuram a qualquer preço um comprador, fluem para o mercado mundial. As tendências à queda universal dos preços impõem-se em 1929: a crise econômica mundial bate à porta. Outras etapas são a crise creditícia em 1931, o estrangulamento do comércio mundial em 1932 e a crise monetária generalizada em 1933. O deslocamento espacial e temporal do déficit da economia mundial completou o seu ciclo. As inflações salvaram talvez a estrutura social, mas prolongaram o sofrimento do processo terapêutico, sem poder poupar a humanidade do sofrimento." (Polanyi, 1979, p. 80). Nada se repete na história e, assim, os percursos da crise nos anos 80 terão outro perfil e outra sequência. Mas as estruturas da economia mundial são hoje semelhantes às da crise dos anos 30. Por isso, as descrições de Polanyi são um "memento crisis"!

cos dos *estágios* de desenvolvimento não têm muita certeza com relação a este problema, pois, se o capitalismo é subdividido em diferentes etapas de desenvolvimento (por exemplo: capitalismo de concorrência, capitalismo monopolista e capitalismo estatal monopolista), surge, necessariamente, o problema, se nos sucessivos estágios ou nas fases operam leis idênticas de desenvolvimento ou se em cada estágio surgem novas lógicas evolutivas. Na Teoria Marxista este problema remete à pergunta, se a "lei do valor" deixou de funcionar ou não, se ela ainda vale hoje nos termos estabelecidos por Marx ou se ela foi modificada.

Se aceitarmos — simplificando, como no Quadro 1 — as divisões em estágios segundo critérios diferentes de delimitação, poderemos constatar que as *transições* de um estágio de desenvolvimento a outro se realizam sempre em períodos, nos quais os teóricos das "ondas longas" diagnosticam uma *fase de depressão*: nos anos 20 a 40 do século XIX, depois de 1873 e, de novo, após a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Naturalmente esta comparação é muito grosseira, mas nem por isso ela deixa de ser atrativa. Se os rompimentos estruturais, no desenvolvimento capitalista, possivelmente são subestimados pelos teóricos das "ondas longas", eles são superestimados pelos teóricos dos estágios...

Quadro 1

Quadro sinótico dos estágios do desenvolvimento capitalista

PERÍODOS	SISTEMAS DA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO	TRANSFORMAÇÕES NA ESFERA DA CONCORRÊNCIA	ÁREA DE DOMINAÇÃO E FORMAS DE DOMINAÇÃO	DINÂMICA EVOLUTIVA DO CAPITALISMO
Até cerca de 1820	manufatura	capitalismo de concorrência, concentração e centralização	capitalismo de concorrência nos mercados nacionais	capitalismo ascendente, expansivo
A partir de ⁺ 1820	grande indústria		sistema colonial	
A partir de ⁺ 1870		capitalismo monopolista, déficits governamentais que provocam a intervenção do Estado	imperialismo	período de decadência, podridão
A partir de ⁺ 1920	taylorismo, fordismo, keynesianismo			
A partir de ⁺ 1945		capitalismo monopolista de estado		crise geral do capitalismo estatal monopolista

NOTA: O quadro foi organizado segundo critérios diferentes.

Passemos agora ao exame da lógica das transições, ou seja, das delimitações das fases de desenvolvimento.

1. Na exposição da produção da mais-valia relativa, Marx conceitua *manufatura* e *grande indústria* como fases históricas de desenvolvi-

to, que obedecem a uma lógica específica da acumulação do capital. À primeira vista, as duas fases diferenciam-se a partir da sua base tecnológica, mas esta diferença não é o cerne da questão, que está, muito pelo contrário, na modificação da forma da "subsunção real do trabalho ao capital" (confira Marx 1969). Na manufatura, o limite da extração da mais-valia relativa ainda não está localizado na estrutura do capital, objetivada no sistema dos meios de produção, mas no *fator subjetivo* do processo de produção, isto é, no operário multifuncional [*betriebllicher Gesamtarbeiter*]. Mas, para elevar a taxa de mais-valia, o capital precisa superar a limitação contida nas condições subjetivas do trabalho. Disso resulta não apenas a tendência permanente de substituir trabalho vivo por trabalho morto — isto é, colocar meios de produção no lugar do operário vivo e aumentar neste contexto a composição orgânica do capital —, mas também a tendência permanente de libertar o sistema da divisão de trabalho das limitações impostas pelas condições subjetivas do mesmo (qualificação, rendimento, necessidades humanas do trabalhador) e subordiná-lo ao princípio ilimitado de valorização do capital. A estrutura da divisão do trabalho, a velocidade do trabalho e o condicionamento da estrutura temporal são, de agora em diante, com a transição ao sistema industrial, objetivados na *estrutura do capital* que se incorpora aos meios de produção. O capital ganha o *controle* sobre o trabalho e sobre o tempo. Ao mesmo tempo, agrava-se a oposição entre trabalho manual e trabalho intelectual, pois os resultados do trabalho intelectual, da ciência e da técnica materializam-se na tecnologia da produção e tornam-se assim, diretamente, atributos do capital materializado e, com isso, potência do inimigo de classe contra os trabalhadores.

Se prolongarmos esta destilação da lógica evolutiva, elaborada por Marx, em direção ao presente, poderemos interpretar também o sistema do *taylorismo*. Na manufatura, a divisão do trabalho e a forma do desgaste no mesmo ainda estavam limitadas às condições subjetivas do trabalhador coletivo [*Gesamtarbeiter*]. Na grande indústria, estes limites tinham sido ampliados através da usurpação das potências da divisão do trabalho por parte do capital. Já o taylorismo representa o aperfeiçoamento deste processo, à medida que desenvolve a organização coletiva do trabalho (direção empresarial científica) e o desgaste individual no mesmo (estudos sobre tempo e movimento, padronização do trabalho) como sistemas pelos quais o grau de eficiência dos meios de produção e de trabalho, isto é, do trabalho vivo e morto, é reduzido à *mesma dimensão da racionalidade da eficiência quantitativa* e pelos quais a subjetividade do trabalhador é quase integralmente obliterada (que este processo sempre pode alcançar apenas resultados parciais, já que, apesar de todas as tentativas de cientificação do trabalho o operário é uma pessoa humana e com isso um indivíduo rebelde, foi demonstrado por Braverman (1974) e condensado, num contexto teórico e político diferente, em estratégia e tática políticas pela teoria "operaísta"). Nesta subdivisão em estágios, que segue a lógica de Marx (confira Quadro 2), o desenvolvimento capitalista apresenta-se como um processo de sistemas sucessivos de subsunção real do trabalho ao capital. Ciência, tecnologia e técnica são apenas meios para este fim, que busca otimizar as possibilidades de valorização. Mas para que elas possam trabalhar para este fim, impõem-se amplas transformações da *organização social do trabalho* na empresa capitalista e das *formas de vida* fora da empresa. Estas trans-

formações não podem se processar de forma harmônica e num crescimento contínuo, mas tão-somente na forma de rompimentos estruturais, carregados de conflitos. Gramsci cunhou, para este fenômeno, o conceito de "fordismo", que foi utilizado mais tarde por Aglietta (1979) e, de maneira genérica e não específica, por Hirsch e Roth (1980), para apreender conceitualmente as formas taylorista-fordistas da organização do trabalho, que influenciam a vida inteira (desde o trabalho na empresa até a sexualidade), e para avaliar as conseqüências para uma estratégia política do movimento operário.

Quadro 2

Sistemas da divisão social do trabalho

Marcadas pelas condições subjetivas do processo de produção e pelo trabalhador coletivo [Gesamtarbeiter] ("lógica do fator subjetivo do processo produtivo").	Transição à determinação pela estrutura objetiva dos meios de produção, pela separação da ciência do trabalho e pela incorporação do trabalho ao capital ("lógica do fator objetivo do processo produtivo").	Acomodação do fator subjetivo às condições da estrutura objetiva dos meios de produção através da cientificização do trabalho (fatores subjetivo e objetivo obedecem à mesma lógica).
período da manufatura até ± 1820	grande indústria até ± 1910	taylorismo, fordismo até hoje

Este enfoque, fornecido por Marx, praticamente não foi desenvolvido na tradição teórica do marxismo. Maior importância coube às subdivisões em estágios, que se referem à *transformação da concorrência* exercida pelos capitais em regime de reciprocidade. A idéia básica é simples: através da concentração e da centralização surgem as empresas monopolistas, que se subtraem como capitais individuais à coersão compensatória das leis da concorrência e que estão, em virtude do seu poderio econômico, em condições de subverter as tendências compensadoras em direção à taxa média de lucro, para se apropriarem do lucro monopolista. Como o efeito da concorrência é, desta forma, restringido ou mesmo abolido, surgem déficits de regulação, que acabam por chamar o Estado como força extra-econômica. Como a regulação efetuada pelo Estado serve à conservação das estruturas monopolistas, o capitalismo desenvolve-se em direção ao capitalismo monopolista de estado.

Este processo aparece na tradição leniniana como organização social da *decaência do capitalismo*: a monopolização conduziria à estagnação e à podridão; a expansão imperialista conduziria ao acirramento dos conflitos internacionais e, finalmente, até a guerra. O capitalismo estatal monopolista é, portanto, momento e forma de expressão da *desestabilização* do sistema; está ligado indissolivelmente à crise geral do capitalismo. Podemos afirmar inclusive que a especificidade do capita-

lismo estatal monopolista é vista, no seu caráter, como forma de organização da sociedade capitalista na sua "crise geral", independentemente das grandes diferenças e, inclusive, controvérsias entre as várias teorias do capitalismo estatal monopolista.

Bem diferente é o caso dos teóricos do capitalismo organizado, que via de regra estão na tradição social-democrata. No seu entender, a monopolização possibilita o entrelaçamento do capital industrial com o capital financeiro, a organização da sociedade, a eliminação da anarquia da concorrência (nestes termos Hilferding na Segunda Internacional em 1927 e Bukharin em 1926 na Terceira Internacional). Com isso, porém, é possibilitado um aumento de racionalidade social (Otto Bauer comenta esta tese de forma crítica em 1931). No lugar da desestabilização surge agora a perspectiva de uma *estabilização* do capitalismo através da intervenção estatal (Renner, 1917, fala neste contexto da "estatização" [*Durchstaatlichung*] do capitalismo). Os dois paradigmas teóricos não dispõem de um conceito satisfatório da crise estrutural. Na teoria do capitalismo estatal monopolista a crise é geral e duradoura; ainda Var- ga (1962) subdividiu a "crise geral" em várias etapas — numa empresa claramente absurda. Esta teoria esquece que a função da crise e da depressão posterior está em superar a zona de turbulências da crise através da reestruturação das formas sociais, políticas e econômicas da hegemonia burguesa. Marx escreve, nas "Teorias da Mais-Valia", que crises permanentes não podem existir. Isto vale também para a "crise geral", que ou é o conceito sem sentido ou não pode ser "geral".

Por outro lado, a hipótese da estabilização é igualmente problemática, se bem que por outras razões, pois ela está ligada à idéia de que o Estado, enquanto instância reguladora, tem condições para governar as contradições do capitalismo, mantendo-o, em grande parte, fora das crises. Esta esperança foi alimentada adicionalmente por concepções políticas keynesianas durante o período de prosperidade depois da Segunda Guerra Mundial, de sorte que os seguidores desta teoria não estavam preparados para a crise dos anos 70, que para eles veio de surpresa. Podemos tirar aqui uma conclusão final: se a tese da desestabilização não consegue perceber a função da crise como crise de reestruturação para a garantia das condições de dominação do capital, chegando por conseguinte ao conceito da "crise geral", a tese da estabilização não logra compreender o caráter da crise enquanto rompimento estrutural. Na verdade, a crise é dupla: no decorrer do "boom" (rompimento estrutural), ela se manifesta no acirramento das contradições, na fase da depressão como processo de reestruturação.

Certamente nem todas as crises no decorrer da acumulação do capital são um "rompimento estrutural" neste sentido dramático. Mas parece claro que a contraditoriedade do modo de produção capitalista conduz, através de períodos mais longos (40 a 60 anos), a um acirramento muito forte, que só pode ser reduzido por meio de uma crise e de uma depressão particularmente profundas, amplas e prolongadas. O rompimento estrutural ainda se refere ao *período anterior*, ao acirramento das contradições; o conceito de reestruturação aponta para a *perspectiva* de uma revolução das formas de dominação, radical apesar de ocorrer dentro do capitalismo. Esta revolução diz respeito a todos os lados da hegemonia. Seria pouco inteligente esperar apenas por novas tecnologias e por um impulso inovador e ver neles o encerramento da depressão. Nosso recurso à posição

de Marx, nesta questão, deveria deixar claro que a tecnologia sempre exerce influência sobre a organização do trabalho, sobre o relacionamento das classes e sobre a estrutura dos conflitos sociais. Com isso chegamos a um ponto importante: os processos de reestruturação *não* ocorrem *sem conflitos* (ocorrem, por exemplo, economicamente em bancarrotas, na perda do lugar de trabalho, etc.); a obsolescência de valores e idéias, que orientam a ação, inclui a regressão da influência de projetos políticos e seus promotores, que até o momento ocupavam posições fortes. No âmbito internacional, liga-se a este fenômeno a decadência de posições hegemônicas na economia e na política; e é improvável que esta decadência seja aceita sem resistência. Por isso, sempre existe o perigo de que rompimentos estruturais bruscos poderão provocar graves conflitos sociais e, eventualmente, até conflitos bélicos.

Não importa se argumentamos no contexto teórico das "ondas longas" ou dos "estágios": em ambas as situações sempre estaremos confrontados com o significado central das crises e das depressões. Elas são, como já disse Marx, "pontos nodais" da evolução, e, por isso, as tendências possíveis da evolução social devem ser analisadas a partir delas.

6 – Condições Para Uma Recuperação nos Anos 80

A partir da nossa argumentação anterior, podemos agora proceder a um resumo e tentar extrair, da própria realidade histórica, as condições para uma possível transição da depressão atual a uma recuperação de longo prazo (e não apenas a um restabelecimento conjuntural a curto prazo)³. No decorrer do processo de reestruturação modificam-se, conforme constatamos, as relações técnicas, sociais, econômicas e políticas; deve ser buscado um novo balanço das contradições sociais, já que somente assim poderá ocorrer uma elevação da taxa de lucro e, com isso, uma reativação da acumulação e uma reorganização da dominação política do capital. É típico de cada crise e da depressão posterior que a política se concentre inicialmente apenas na criação de condições para o *bom funcionamento da economia* (isto é, condições para o lucro e a acumulação). O meio empregado nesta fase consiste em liberar a dinâmica econômica das forças do mercado e deixar agir seus "imperativos" [*Sachzwänge*] na direção da acomodação às necessidades da valorização. A política do Estado, portanto, finca pé nos *imperativos econômicos* e utiliza-se deles como de um *projeto político*. Esta é a segunda intenção das concepções e das ideologias neoliberais, que estão ganhando prestígio justamente na depressão atual (confira Müller-Plantenberg, 1981, Altvaeter, 1981 a). Elas não aceitam mais as estruturas de compromissada fase expansiva anterior, mas investem suas esperanças nos imperativos do

³ A depressão conjuntural de 1974-76 foi seguida de uma nova recuperação nos anos 1978-80, que induziu muitas pessoas a interpretarem a crise, após o "choque do petróleo", como uma crise conjuntural "normal". Esta interpretação era difundida justamente no interior do movimento sindicalista europeu. Consequentemente, as estratégias da superação da crise basearam-se por muito tempo em medidas tradicionais anticíclicas. Só bem tarde surge a consciência de que é impossível enfrentar problemas estruturais com medidas conjunturais. De qualquer maneira, é importante saber que a depressão (como fase de reestruturação) pode abrigar ciclos conjunturais de curto e médio prazos.

mercado anônimo e, simultaneamente, na força legitimadora deste, tentando forçar condições mais favoráveis para os novos compromissos. É evidente que este processo de imperativos acomodatórios e de reestruturação deve chegar num dado momento ao seu termo; a reestruturação deve resultar na criação de um novo equilíbrio de forças, num novo consenso básico da sociedade de classes, sob pena de não poder introduzir uma expansão a longo prazo. Se não houver possibilidades de garantir o consenso no decorrer das exigências da acumulação, sua criação será forçada pela repressão por parte das instituições estatais repressivas. Embora a repressão sempre desempenhe um papel mais ou menos importante, já que a reestruturação de economia, sociedade, política e ideologia se dá de maneira coordenada, mas em "fusos horários" diferentes a nível nacional e de maneira não uniforme no mercado mundial, também ela não pode dispensar um consenso mínimo.

Vistas a partir desta perspectiva, as *novas tecnologias* não são condições suficientes para uma nova "onda longa, marcada pela expansão" (Mandel). Porém as novas tecnologias são certamente necessárias para a superação da depressão. A partir desta condição, não deveriam surgir problemas nos próximos dois decênios: estamos ainda muito longe de identificar as possibilidades de aplicação da microeletrônica; a introdução de novos meios de comunicação está mal começando e poderá eventualmente sustentar um "boom" gigantesco⁴; também há reservas incógnitas na área da tecnologia nuclear e nas tecnologias solar e de vídeo, reservas que poderão impulsionar a economia nos próximos decênios. Novas tecnologias estão, pois, em "compasso de espera", mas sua implementação econômica e, com isso, seus efeitos em favor de uma nova fase ascendente dos ciclos de Kondratieff dependem das seguintes condições econômicas, sociais e políticas:

1. Parece que na primeira metade dos anos 80 aquelas indústrias, que foram o centro da recuperação anterior, isto é, a indústria automobilística com os seus ramos dependentes, tentarão garantir a sua sobrevivência numa luta de concorrência, que se alastrará pelo mundo inteiro e que será levada a cabo com investimentos gigantescos de racionalização. Uma coisa é certa: os mercados para automóveis não poderão mais se expandir significativamente, por isso os esforços de investimentos resultarão no colapso de algumas empresas e na acomodação da produção a mercados menores. Temos aqui um exemplo de um empate tecnológi-

⁴ Esta tecnologia não tem ainda consequências plenamente previsíveis para a comunicação social, para sua regulação e seu controle, para a produção, reprodução e difusão do saber, para a concentração e filtração de informações, para o transcurso de processos de socialização e para as formas de participação e dominação. Para tal, confira o estudo de Nora e Minc (1978) e, na República Federal da Alemanha, os trabalhos de Wilhelm Steinmüller. Queremos ressaltar aqui um outro aspecto. Se calcularmos que países inteiros necessitam ser ligados por cabos e/ou um sistema de satélites necessita ser lançado ao espaço e que cada economia doméstica necessita gastar vários milhares de dólares para o terminal e outros aparelhos, para participar da "fruição" dos serviços oferecidos pelo sistema, então cada um pode imaginar sem dificuldade o tamanho do mercado que se abre aqui ao capital. Um "boom" baseado neste mercado poderia ter dimensões maiores do que o "boom" automobilístico dos anos 50 e 60, que sustentou parte significativa da recuperação de Kondratieff da onda longa passada. Naturalmente, a euforia de alguns representantes destas tecnologias é imprópria, pois a demanda deveria ser produzida na forma da renda. A mesma tecnologia, que abre um mercado novo, torna supérflua a força de trabalho na produção, em proporções igualmente grandes. Pode-se constatar que a nova recuperação não pode ser sustentada apenas por uma tecnologia nova. Medidas como redução da jornada de trabalho com compensação salarial simplesmente não podem ser abandonadas. O único problema está em saber como o sistema da produção de mais-valia irá processar esta evolução.

co, caracterizado pelo fato de ainda ocorrerem pouquíssimos investimentos de ampliação nos novos mercados, mas, por outro lado, de ocorrerem investimentos maciços de racionalização em indústrias dos "mercados" antigos, para obter vantagens comparativas de custos. Este exemplo indicia ao mesmo tempo que a reestruturação na depressão atual ainda não chegou ao termo econômico. Este será alcançado apenas no momento em que os investimentos de ampliação das novas indústrias superarem os investimentos de racionalização. Investimentos de racionalização são investimentos de combate na defesa de parcelas do mercado, não para a descoberta de mercados novos. Eventualmente, esta relação mudará nos próximos anos. Não devemos, porém, ignorar o componente regional. Investimentos de racionalização em indústrias tradicionais são simultaneamente investimentos para a conservação, porventura exitosa, de tradicionais regiões industriais. Investimentos de ampliação em indústrias novas, por outro lado, são feitos quase sempre em importantes regiões novas da economia mundial⁵.

2. No caso de inovações tecnológicas e da sua aplicação à produção não importa apenas a dimensão material, mas sobretudo as *condições de valor* para a sua utilização lucrativa. A simples existência de inovações ainda está longe de garantir a sua utilização lucrativa; o mesmo vale para os mercados potenciais, que as inovações poderão abrir. Para garantir a utilização lucrativa, torna-se necessária uma acomodação das relações sociais de trabalho assalariado e capital, ou seja, da relação de distribuição de salário e lucro, como também das condições de trabalho (produtividade e intensidade do trabalho, qualificação, mecanismos de controle). Também este processo implica a criação de equilíbrios, como são experimentados, por exemplo, no programa de humanização da República Federal da Alemanha (neste caso, no entanto, com êxito reduzido). Além disso, o Estado realiza, via de regra, uma política de fomento da tecnologia, para reduzir o ônus dos custos assumidos pelas empresas com o fim da introdução de novas tecnologias e para garantir o seguro social diante de novas tecnologias (confira, para tal, OCDE 1981). Mesmo quando os neoliberais pedem a "desregulação", isto é, a retirada de obrigações estatais da produção, a intervenção seguradora do Estado, para fins de implementação da tecnologia, via de regra, não pode ser evitada.

3. A próxima condição de uma nova recuperação é a sua *financiabilidade*, isto é, a disponibilidade de fundos investíveis para os investimentos de ampliação nas novas indústrias. Esta condição é, ao menos atualmente, o menor problema, já que a liquidez é extraordinariamente grande nos mercados creditícios. Contudo os juros são muito elevados, em virtude das políticas restritivas de alguns governos. E, além disso, há uma demanda de meios líquidos para o financiamento dos déficits do balanço de pagamentos. Estes déficits são apenas expressão de relações unilaterais de devedor, que não apenas absorvem a liquidez, mas deses-

⁵ Um exemplo disso é o deslocamento do eixo industrial dos Estados Unidos do "frost-belt" "desindustrializado" do Nordeste para o "sun-belt" "reindustrializado" do Sudoeste. Semelhantes tendências à desindustrialização podem ser observadas em muitos outros países com indústrias tradicionais. O dramatismo e, por vezes, até o caráter trágico destes deslocamentos resultam da importância das conexões regionais de vida para os homens que vivem e trabalham lá. Estas conexões criam e garantem identidade. Assim, a destruição durante a fase depressiva "desenraíza". A reestruturação deverá — no sentido da restauração do equilíbrio — conduzir a novos enraizamentos.

tabilizam também os sistemas de crédito nacional e internacional. Poderia acontecer o caso de que, no dado momento em que os meios líquidos fossem absolutamente necessários para o financiamento de um novo "boom", estes meios não estariam mais disponíveis, em virtude de uma crise internacional de crédito. A dominação política das tendências à crise, no sistema creditício internacional, poderia ser uma condição importante para uma nova recuperação de longo prazo nos anos 80.

4. Mostramos antes que os investimentos, que aparecem maciçamente no início de uma recuperação de Kondratieff, não devem ser analisados apenas a partir do aspecto monetariamente valorativo, mas também a partir do aspecto material dos recursos. E aqui surgem efetivamente limites que estão relacionados com as manifestações de crise da racionalidade (confira item 2 deste artigo). Um "boom" de investimentos para a aceleração do crescimento chocar-se-ia em sociedades já altamente desenvolvidas com as barreiras dos *recursos naturais*. Assim sempre ocorre na produção enquanto "metabolismo entre o homem e a natureza", conforme já formulou Marx. Os limites das naturezas interna e externa existem na natureza de forma praticamente "objetiva". No entanto, a novidade da atual fase de desenvolvimento consiste no fato de que essas barreiras puderam articular-se politicamente nos "novos movimentos sociais". Contra uma política do crescimento, que não leva em consideração os recursos naturais, surgem formas de resistência política. Nos Estados Unidos, onde a esquerda é extraordinariamente frágil, é possível a imposição de uma política e de uma desregulação orientadas segundo a oferta, isto é, a imposição da redução de obrigações para a proteção do ambiente. Mas, na Europa atual, nenhuma política de incentivo do crescimento pode ser realizada contra padrões mínimos de sentido ecológico. Os limites do quantitativismo, que se manifestam como resistência política, são ainda hoje limites para um novo "boom" de Kondratieff. Seguramente, estes limites podem ser ultrapassados dentro do capitalismo; suas manifestações políticas podem ser reprimidas com meios políticos, mas com tais medidas os problemas destes limites são, quando muito, recalçados, mas não resolvidos.

5. As novas tecnologias não têm apenas epifenômenos e consequências sociais, cujos efeitos políticos não podem ser integrados ao sistema no sentido de um equilíbrio e sem dificuldades; elas dependem também de pré-requisitos sociais. Um deles, a saber, a existência de uma camada de empresários dinâmicos e favoráveis à realização de inovações, não deveria constituir um problema nas sociedades "ocidentais". Mas não se sabe de antemão se os novos movimentos sociais e as partes da classe operária, atingidas pelas novas tecnologias, aceitarão estas tecnologias sem conflitos; e não se sabe, sobretudo, se o *sistema político* desenvolverá a capacidade de processar os conflitos no sentido da reorganização da dominação por meio da restauração de um consenso "remontado" de base. Para amenizar as consequências das racionalizações (os efeitos do rompimento estrutural e da reestruturação), foi feita a experiência de reunir os representantes do capital e dos operários junto com instituições estatais, na forma de um cartel da crise, e negociar indenizações monetárias, por exemplo, pela perda do emprego (planos sociais). Em alguns casos, esta experiência funcionou relativamente sem conflitos na República Federal da Alemanha (exemplo: indústria siderúrgica do Estado do Saarland); mas ela não pode ser cogitada como modelo universal de seguro social diante de novas tecnologias que eliminam em-

pregos, pela simples razão de ser muito dispendiosa com relação a quantidades monetárias. Inclusive por esta razão, contrapõe-se a este modelo corporativista o modelo neoliberal, que pretende regular as relações sociais da acomodação a novas condições de produção através do mercado e que aposta, quanto ao controle dos conflitos incluídos no cálculo geral, antes no aparelho repressivo do Estado, para o resguardo da "ordem". Talvez pudéssemos concluir que os dois modelos de política dispõem de poucas chances diante de uma regulamentação reforçada dos investimentos por parte do Estado.

6. Em virtude da irregularidade do crescimento da produtividade no mercado mundial, deslocam-se as posições de concorrência dos diferentes países. A longa recuperação, desde os anos 40, estava também ligada à posição hegemônica dos Estados Unidos no mercado mundial e na política mundial ("pax americana"). Desde os anos 70, é evidente que os Estados Unidos não ocupam mais esta posição. Mas nenhum outro estado nacional capitalista pode substituir os Estados Unidos nesta hegemonia, para não falar do "campo socialista" com a União Soviética como potência líder, extraordinariamente debilitado por conflitos internos. Assim, os Estados Unidos empenham-se em reconquistar o posto de líder da economia mundial: na economia, mas sobretudo por meio de uma gigantesca superioridade militar. O poder militar é usado como escudo protetor nos processos de seleção da economia de mercado e durante a reestruturação econômica e político-social, empenhada na reconquista da hegemonia ameaçada. Há o perigo de que a reestruturação possa ser acelerada como destruição com meios militares. Diante da atual tecnologia bélica isto sugere uma aventura perigosa para a humanidade...

A crise e a depressão, enquanto rompimento estrutural e reestruturação, ainda não chegaram a termo. A situação da tecnologia fornece algumas condições para uma nova e longa recuperação, mas nem as contradições econômicas foram "saneadas" nem os pré-requisitos sociais e políticos para um "bunching of investment" foram fornecidos. É possível que haja breves conjunturas favoráveis nos anos 80, mas elas não deverão introduzir uma nova onda longa com a tônica na expansão, nem haverá uma transição a um novo estágio do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, os próximos anos deverão caracterizar-se pela agudização das contradições da depressão, apesar de um possível restabelecimento conjuntural.

Bibliografia

- Aglietta, Michel (1979), *A Theory of Capitalist Regulation. The US Experience*, London 1979
- Altwater, Elmar (1969), *Gesellschaftliche Produktion und ökonomische Rationalität*, Frankfurt/Wien 1969
- Altwater, Elmar/Hoffmann, Jürgen/Semmler, Willi (1979), *Vom Wirtschaftswunder zur Wirtschaftskrise*, Berlin (West) 1979

- Altvater, Elmar (1981a), Der gar nicht diskrete Charme der neoliberalen Konterrevolution, in: Prokla 44, Berlin 1981
- Altvater, Elmar (1981b), La crisi del 1929 e il dibattito marxista sulla teoria della crisi, in: Storia del Marxismo, Vol. III, 2, Torino 1981
- Altvater, Elmar (1982a), Umbau oder Abbau des Sozialstaats? in: PROKLA
- Barr, Kenneth (1979), Long Waves: A Selective Annotated Bibliography, in: Review, Vol. II, No. 4, Spring 1979
- Bauer, Otto (1931), Kapitalismus und Sozialismus nach dem Weltkrieg, Erster Band: Rationalisierung, Fehlrationalisierung, Berlin 1931
- Braverman, Harry (1974), Labour and Monopoly Capital, New York, London 1974
- Bucharin, Nikolai (1926), Der Imperialismus und die Akkumulation des Kapitals, Wien und Berlin 1926
- Castells, Manuel (1980), The Economic Crisis and American Society, Princeton 1980
- Dupriez, Léon H. (1978), 1974, A Downturn of the Long Wave?, in: Banco Nazionale del Lavoro Quarterly Review, No. 126, Sept. 1978
- Economic Report of the President (1980), Washington D.C. 1980
- Eppler, Erhard (1981), Wege aus der Gefahr, Reinbek 1981
- Forrester, J.W. (1977), Growth Cycles, in: De Economist, 129 (1977)
- Gintis, Herbert/Bowles, Samuel (1980), Socialist Political Theory and the Critique of Liberal Democracy; (Mimeo), Amherst (Mass) 1980 abgedruckt in: Stato e Mercato, No. 1, April 1981
- Glismann, Hans H./Rodemer, Horst/Wolter, Frank (1978), Zur Natur der Wachstumsschwäche in der Bundesrepublik Deutschland, in: Kieler Diskussionsbeiträge NR. 55, Kiel 1978
- Gordon, David M. (1980), Stages of Accumulation and Long Economic Cycles, in: Terence K. Hopkins and Immanuel Wallerstein, Process of the World-System, Vol. 3, Beverly Hills, London 1980
- Hill, T. P. (1979), Profits and Rates of Return (OECD), Paris 1979.
- Inglehart, R. (1977), The Silent Revolution, Princeton 1977
- Itoh, Makoto (1980), Value and Crisis: Essays on Marxian Economics in Japan; New York, London 1980
- Jänicke, Martin (1979), Wie das Industriesystem von seinen Mißständen profitiert, Opladen 1979
- Jánosy, Franz (1968), Das Ende der Wirtschaftswunder-Erscheinung und Wesen der wirtschaftlichen Entwicklung, Frankfurt/Main 1968
- Kahn, A.A. (1966), The Tyranny of Small Decisions: Market Failure, Imperfections, and the Limits of Economics, in: Kyklos, Bd. IXI, Fasc. 1, 1966
- Kaldor, N. (1966), Causes of the Slow Rate of Economic Growth of the United Kingdom, Cambridge 1966
- Kalecki, Michal (1943), Political Aspects of Full Employment, in: E.K. Hunt, Jesse G. Schwartz (eds.) A Critique of Economic Theory, Harmondsworth 1972
- Kapp, K. William (1958), Volkswirtschaftliche Kosten der Privatwirtschaft, Tübingen-Zürich 1958
- Kleinknecht, Alfred (1980), Überlegungen zur Renaissance der „langen Wellen“ der Konjunktur („Kondratieff-Zyklus“), in: Wilhelm M. Schröder und Reinhard Spree, Historische Konjunkturforschung, Stuttgart 1980
- Kondratieff, N.D. (1972), Die langen Wellen der Konjunktur, Wiederabdruck in: Prinkipo, Die langen Wellen der Konjunktur, Berlin 1972
- Mandel, Ernest (1972), Der Spätkapitalismus, Frankfurt/Main 1972
- Mandel, Ernest (1980), Long Waves of Capitalist Development--The Marxist Interpretation, Cambridge, Paris 1980
- Marx, Karl, Das Kapital, Bd. I-III, MEW Bd. 23-25

- Marx, Karl (1969), Resultate des unmittelbaren Produktionsprozesses, Frankfurt 1969
- Mensch, Gerhard (1977), Das technologische Patt, Innovationen überwinden die Depression, Frankfurt/M., 1977
- Mensch, Gerhard/Schnopp, Reinhard (1980), Stalemate in Technology, 1925-1935: The later play of Stagnation and Innovation, in: Wilhelm H. Schröder und Reinhard Spree (ed.), Historische Konjunkturforschung, Stuttgart 1980
- Müller-Plantenburg, Urs (1981), Die mögliche historische, politische Bedeutung der dritten großen Depression, in: Prokla 44, 1981
- Nora, Simon/Minc, Alain (1978), L'informalisation de la société, Paris 1978
- OECD-Report (1981), Die Zukunftschancen der Industrienationen (Technical Change and Economic Policy), Frankfurt/Main 1981
- Polanyi, Karl (1979), Ökonomie und Gesellschaft, Frankfurt/Main 1979
- Präger, Theodor (1963), Wirtschaftswunder oder Keines?, Wien 1963
- Przeworski, Adam (1980), Material Basis of Consent: Economics and Politics in a Hegemonic System, in: Political Power and Social Theory, Vol. I, 1980
- Renner, Karl (1917), Marxismus, Krieg und Internationale, Stuttgart 1917
- Rostow, Walt W. (1978a), The World Economy: History and Prospect, Austin and London 1978
- Rostow, Walt W. (1978b), Getting from Here to There: America's Future in the World Economy, New York 1978
- Salvati, Michele (1981), Ciclo Politico e Onde Lunghi. Note ad Kalecki e Phelps Brown, in: Stato e Mercato, Anno I, April 1981
- Schumpeter, Joseph A. (1961), Konjunkturzyklen, 2 Bände, Göttingen 1961
- Sohn-Rethel, Alfred (1970), Geistige und körperliche Arbeit. Zur Theorie der gesellschaftlichen Synthesis, Frankfurt/Main 1970
- Spree, Reinhard (1980), Was kommt nach den „langen Wellen“ der Konjunktur?, in: Wilhelm H. Schröder und Reinhard Spree (Hrsg.), Historische Konjunkturforschung, Stuttgart 1980
- Thompson, Edward P. (1981), „Exterminismus“ als letztes Stadium der Zivilisation, in: Befreiung, No. 19120, Berlin 1981, zuerst in New Left Review No. 121 (1980)
- Thurow, Lester C. (1980), The Zero-Sum Society, Harmondsworth-New York 1980
- Varga, Eugen (1962), Der Kapitalismus des 20. Jahrhunderts, Berlin 1962
- Varga, Eugen (1969), Die Krise des Kapitalismus und ihre politischen Folgen (hrsg. von E. Altvater), Frankfurt und Wien 1969
- Wallerstein, Immanuel (1979), Kondratieff Up - Kondratieff Down, in: Review, Vol. II, 4, Spring 1979